

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



Teorias da Pena Segundo a Doutrina Brasileira

Autor(es)

Hugo Malone Xavier Couto E Passos
Pablo Goncalves Da Silva
Gil César De Carvalho Lemos Morato
Davi Almeida Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Antes de entendermos quais são as teorias aceitas pela doutrina brasileira, temos que entender o que de fato é, e como surgiram as teorias da pena e seus objetivos. Desde o início das civilizações, a vida em uma sociedade levou o homem a buscar formas de controlar essa convivência. Nesse contexto, surge a pena como resposta às infrações, tendo seu registro mais antigo datado na china, por volta do século XXII A.C., quando o imperador Sun publicou a lei das cinco penas sendo elas: amputação para furto e lesões pessoais, castração para estupro, amputação do nariz para estelionato, e marca de ferro na testa para delitos menores. As teorias da pena surgiram no século XVIII, explicando como as sanções são aplicadas e justificadas. Hoje, há três principais modelos a serem seguidos, a teoria absoluta, teoria relativa e teoria mista, que concebem a pena como retribuição, expiação, ressocialização, reparação ou compensação pelos danos causados pelo ato ilícito.

Objetivo

O objetivo deste artigo é explorar as três diferentes teorias penais que fundamentam a aplicação das penas, partindo de uma visão histórica da antiga legislação penal chinesa, este artigo busca compreender as raízes das sanções e sua função social ao longo do tempo. O artigo abordará as três principais teorias da pena: a teoria absoluta, a teoria relativa e a teoria mista

Material e Métodos

A metodologia deste trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, conduzida por meio de pesquisas em livros da Biblioteca Virtual Anhanguera e no Google acadêmico, com o objetivo de identificar e analisar referências teóricas relevantes para o tema proposto. Foram selecionadas obras de autores que tratam da temática de maneira abrangente, proporcionando uma base teórica sólida. O desenvolvimento do trabalho seguiu o método “hipotético-dedutivo”, partindo da formulação de hipóteses com base nas leituras realizadas, e sua verificação foi feita por meio de uma análise crítica das fontes consultadas. A abordagem crítica permitiu problematizar e confrontar diferentes perspectivas, enriquecendo o aprofundamento reflexivo e teórico sobre o tema.

Resultados e Discussão

Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2024. Anais [...].

Londrina Editora Científica, 2024. ISBN: 978-65-01-19305-2

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



O artigo evidencia a evolução da pena, demonstrando que as teorias da pena refletem as necessidades da sociedade. Historicamente, observa-se que as punições iniciais eram severas e físicas, mas com o passar do tempo, o foco passou da mera retribuição para a prevenção e ressocialização. As três doutrinas principais, demonstram distintas justificativas e fins para a pena. A teoria absoluta, que pode ser baseada no conceito de "olho por olho e dente por dente", sendo a mais antiga, e defendida por filósofos como Immanuel Kant (1724 - 1804) em sua obra "A metafísica dos costumes" (1797) e Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831) com base em sua obra "Linhos fundamentais de Filosofia do Direito" (1820). Por outro lado, a teoria relativa introduz o conceito de prevenção, seja especial positiva (focada no infrator) ou geral negativa (focada na sociedade). Já a teoria mista, busca equilibrar essas abordagens, conciliando a punição com a prevenção e a ressocialização do infrator.

Conclusão

Conclui-se que as teorias da pena são um reflexo direto das necessidades e sociais ao longo da história. A transição de uma visão punitiva para uma abordagem mais complexa, demonstra uma evolução no pensamento jurídico. A adoção da teoria mista no Brasil, mostra uma tentativa de equilibrar a punição, proteger a sociedade e recuperar o infrator. Portanto, compreender essas teorias é fundamental para compreender o sistema penal, que visa não só à punição, mas também à prevenção e à ressocialização.

Referências

- Teoria da Pena - PROF. Caupolicán Padilha Júnior
- ROSSETTO, Enio L. Teoria e Aplicação da Pena. Rio de Janeiro: Atlas, 2014. E-book. ISBN 9788522492657.
- Jesus, Damásio E. de (Damásio Evangelista de) - Direito Penal v. 1. Parte geral. ISBN: 9788502018044
- PASCHOAL, Janaina C. Direito Penal: Parte Geral. Barueri: Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520449196.